

Discursos ultramontanos de D. Macedo Costa sobre o papel da mulher na sociedade

Fernando Arthur de Freitas Neves¹

Allan Azevedo Andrade²

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v14i41.54861>

Resumo: Durante o século XIX, muitas foram as transformações da sociedade imersa no avanço moderno, diante disso, a Igreja católica teve que lidar com essa realidade para se proteger das ameaças à sua hegemonia. A hierarquia eclesástica se desdobrou em construir uma frente de batalha, criando estratégias, e fazendo valer seu prestígio que, embora estivesse abalado, ainda era muito significativo. Com isso, o presente artigo visa analisar o posicionamento do bispo D. Macedo Costa, que também pode ser considerado o posicionamento da Igreja como um todo, em relação à mulher contido no “Livro da Família”, apontando-a como uma arma para combater os males da modernidade, reforçando a imagem da figura feminina ligada aos cuidados de mãe de família, aos afazeres domésticos e ao zelo correto exercício católico.

Palavras-chave: Igreja; D. Macedo; Mulher; Livro da Família; Modernidade; Ultramontanismo.

Ultramontan speeches by D. Macedo Costa on the role of women in society

Abstract: During the 19th century, there were many transformations in society immersed in modern advancement. In view of this, the Catholic Church had to deal with this reality to protect itself from threats to its hegemony. The ecclesiastical hierarchy unfolded in building a battle front, creating strategies, and asserting its prestige which, although it was shaken, was still very significant. Thus, this article aims to analyze the position of Bishop D. Macedo Costa, who can also be considered the position of the Church as a whole, in relation to the woman contained in the “Book of the Family”, pointing her as a weapon

¹ Professor do curso de Graduação e Pós-Graduação do curso de História da Universidade Federal do Pará. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo E-mail: fafn@ufpa.br

² Professor da Secretaria de Educação do Pará, doutorando pelo programa de História Social da Universidade Federal do Pará. Doutor em História Social da Amazônia. Email: allan.andrade89@hotmail.com

to combat the evils of modernity, reinforcing the image of the female figure linked to the care of a mother of the family, domestic chores and the correct zeal of Catholic exercise.

Keywords: Church; D. Macedo; Woman; Family Book; Modernity; Ultramontanism.

Discursos ultramontanos de D. Macedo Costa sobre el papel de la mujer en la sociedad

Resumen: Durante el siglo XIX, hubo muchas transformaciones en la sociedad inmersas en el avance moderno. En vista de esto, la Iglesia Católica tuvo que lidiar con esta realidad para protegerse de las amenazas a su hegemonía. La jerarquía eclesiástica se desarrolló en la construcción de un frente de batalla, creando estrategias y afirmando su prestigio que, aunque fue sacudido, aún era muy significativo. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar la posición del obispo D. Macedo Costa, quien también puede considerarse la posición de la Iglesia en su conjunto, en relación con la mujer contenida en el "Libro de la familia", y la señala como un arma. para combatir los males de la modernidad, reforzando la imagen de la figura femenina vinculada al cuidado de una madre de familia, las tareas domésticas y el celo correcto del ejercicio católico.

Palabras-clave: Iglesia; D. Macedo; Mujer; Libro familiar; Modernidad; Ultramontanismo

Recebido em 19/07/2020 - Aprovado em 25/10/2020

Introdução

Segundo Patrícia Melo Martins (2010), no século XIX, a religiosidade feminina confundia-se com as práticas familiares. Assim, a mulher esposa e mãe encontraria no catolicismo o sentimento de abnegação de que necessitava para viver tranquilamente, conformada segundo os anseios sociais masculinos, tendo na religião católica a justificativa para sua vida. Destarte, a formação religiosa deveria fazer parte de todas as etapas da vida da mulher, “da iniciação materna, nas orações individuais, ao casamento feliz, realizado com um homem católico” (MARTINS, 2010).

Nesse cenário, o estudo em tela tem como escopo analisar os discursos do bispo D. Macedo Costa³ sobre a mulher em sua obra, *Livro da Família*, no intuito de

³ Considerado grande nome do Ultramontanismo no século XIX, D. Macedo Costa, 10º bispo do Pará, esteve à frente desta diocese do entre 1861 até 1890. Antonio de Macedo Costa nasceu em 7 de agosto de 1830, no Engenho do Rosário, localizado nas proximidades de Maragogipe, província da Bahia. Em 1846, transferiu-se para Salvador e matriculou-se no Colégio dirigido pelo cônego Francisco Pereira de Souza. Antônio de Macedo Costa ingressou no Seminário de Santa Teresa, Salvador, em 1848, onde ficou até 1852. Após obter grande destaque, ele foi enviado pelo

mostrar como esta autoridade eclesiástica entendia a figura feminina na sociedade por meio do prisma do católico, substanciado pela realidade patriarcal⁴ presente no Brasil oitocentista, do qual a Amazônia também era integrante, ainda que apresentasse peculiaridades.

Importante frisar que essa empreitada da Igreja Católica como um todo, e de D. Macedo em particular, partem do princípio das relações de gênero que substanciava (e ainda substância) a história do Brasil, no qual cabia papéis distintos para homens e mulheres dentro do entendimento do que cada um dos sexos foi designado “naturalmente” a fazer, em meio a sociedade conformada no seio do patriarcalismo. Nesse sentido, recorro à filósofa Judith Butler (2003), e sua ideia de gênero como um construção social, de tal forma que “atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2003. p. 194). Concebendo esses lugares demarcados para cada sexo, o bispo do Pará se empenha, através do discurso impresso,

Arcebispo D. Romualdo de Seixas para Colégio São Celestino de Bourges, França, onde chegou em 22 de novembro de 1852. Em 1854, foi transferido para o Seminário de São Sulpício de Paris. Em 19 de novembro de 1857, o Cardeal Francisco Nicolau Marlot, conferiu-lhe o presbiterado. Dali partiu para Roma, com 27 anos, onde se doutorou em direito canônico na academia Santo Apolinário, em 1859. Voltou ao Brasil em novembro desse mesmo ano. Depois da renúncia do bispo D. José Afonso de Moraes Torres, D. Pedro II nomeou o pe. Macedo para substituí-lo no ministério episcopal do Pará.

⁴ Sobre o patriarcalismo, Daniela Leandro Rezende (2015) se apoia na sociologia weberiana para definir tal conceito. De tal modo, o sistema patriarcal é uma forma de dominação caracterizado pela “possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria”, destacando-se a noção de obediência, pela aceitação da ordem dada. Assim, a “estrutura patriarcal de dominação”, está relacionado ao estabelecimento de vínculos pessoais entre o senhor, os demais membros da família e os servos, tendo como fundamento a autoridade do chefe da família ou comunidade doméstica. Essa autoridade do senhor se apoia na tradição, isto é, “na crença da inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre”, e no arbítrio pessoal do senhor, sempre limitado pelas normas “sagradas pela tradição. Nesse sentido, o poder da autoridade doméstica se constituía relacionado ao aspecto de propriedade, no qual o chefe de família detinha a posse de seus filhos, escravos, esposa e servos, como bens de que poderia dispor sempre que achasse necessário. No Brasil o cenário de fundo para essa relação de poder foi o contexto rural, tendo em vista que a população do Brasil, até o século XX, foi maior no campo que na cidade, embora as relações patriarcais também estivessem presentes no cotidiano urbano. No que se refere às teorias feministas, a socióloga Heileieth Saffioti (2004), entende o patriarcado, categoria específica de determinado período, isto é, para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade, como “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”, numa sociedade que tem como centro o homem cisgênero (indivíduo que se identifica com o gênero e sexo que lhe foram atribuídos no nascimento). Nesse sentido, existem mulheres que, ainda na infância, são condicionadas a manterem-se dóceis, enquanto aos homens são ensinados comportamentos de viris, relacionados a dominação.

em reforçar e/ou moldar um padrão de comportamento feminino alinhado aos ditames católicos.

D. Macedo Costa se mostrou bastante combativo contra o que ele julgava desvio do catolicismo ortodoxo. Com isso, se empenhou em disciplinar o clero e a cristandade como um todo na vasta diocese do Pará⁵, empreendendo grande batalha contra a maçonaria. Procurou barrar o avanço do protestantismo, e se mostrou contundente no combate ao regalismo imperial. Com isso, se tornaria símbolo da reforma eclesial no Brasil, destacando-se na “Questão Religiosa”, que estremeceu profundamente a relação entre Igreja e Estado.

Conquanto vigorasse a aliança entre trono e altar por meio do Padroado Régio⁶, a Igreja já sofria significativos abalos em sua hegemonia, por isso, não abria mão de se manter resistente às incursões do mundo moderno, declamando seu direito de ser mediadora entre o céu e a terra a partir da busca pela salvação de seus fiéis. Nesse sentido, é importante investigar a visão de mundo do bispo D. Macedo, a forma como ele conduzia sua diocese, e as dificuldades que encontrou para gerir o bispado do Pará, a fim de melhor captar suas motivações para promulgar tais escritos, no qual a mulher tinha papel especial aos olhos da Igreja, e perceber como a figura feminina é retratada nestes.

D. Macedo e o combate ao mundo moderno.

Chegando em Belém em junho de 1861, D. Macedo Costa já teve que se desdobrar para administrar problemas de ordem religiosa, principalmente aqueles relacionados aos clérigos mal preparados, segundo o diagnóstico feito pelos ultramontanos, bem como contornar desvios referentes ao laicato e as práticas religiosas populares, além de se deparar com a tentativa de proselitismo protestante em sua diocese.

Todos esses problemas identificados por D. Macedo Costa eram fruto da formação aprendida na Europa e validados pela historiografia brasileira sobre o tema (FRAGOSO, 1992; LUSTOSA, 1939; ALVES, 1979). Embora não tenha sido o primeiro

⁵ Tendo como sede a cidade de Belém, a diocese do Pará compreendia aproximadamente a toda atual Amazônia, abrangendo uma área de 4.000.000 Km², até que fora fracionada com a criação da diocese do Amazonas no ano de 1892 pelo papa Leão XIII.

⁶ O monopólio da propagação da fé por parte da Igreja no Brasil imperial era garantido pelo Padroado Régio que, em tese, fazia da Igreja católica a religião oficial do Estado, assim, a relação Estado/Igreja seria recíproca, onde a instituição religiosa necessitava dos recursos materiais fornecidos pelo Estado, assim como o Estado precisava da ramificação da Igreja – que não deixava de ser representante do poder público – para estender sua autoridade a lugares onde o poder civil se fazia pouco presente. Todavia, diferente do Padroado lusitano no qual a Santa Sé havia concedido ao rei português os poderes de intervir nos negócios eclesiásticos, o Padroado no Brasil

bispo ultramontano, devido a presença de seu antecessor, D. José Afonso de Moraes Torres, 9º ocupante do cargo, pioneiro nesse intento, porém sem alcançar o reconhecimento por essa iniciativa. D. Macedo foi o bispo mais contundente na aplicação dos preceitos da ortodoxia católica, combatendo a liberalidade de parcela dos sacerdotes e de seus paroquianos, tornou-se um modelo de dirigente espiritual e administrador na diocese do Pará, provocando repulsa em seus adversários dentro e fora da Igreja.

É importante conceituar o Ultramontanismo no intuito de localizar D. Macedo dentro da tentativa de reforma católica na Amazônia. Segundo Ivan Manoel (2004), essa dedicação à difusão do conservadorismo católico foi conduzida pelos papas Gregório XVI (1831-1846), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903), Pio X (1903-1914) e Pio XI (1922-1939) através da elaboração de encíclicas papais para orientar o clero para os trilhos da reforma católica ultramontana. Nesse corpo de teses, transparece um saudosismo medieval ao responsabilizar a modernidade pela crise de toda a estabilidade, paz, justiça e liberdade em benefício da “razão, no direito e na moral contratual, sem a tutela e a ingerência católica” (MANOEL, 2004, p. 123).

O referido autor define o Ultramontanismo como um conjunto de medidas teórico e práticas, defendidas por esses papas ultramontanos, alicerçadas na condenação à modernidade, tendo a medievalidade como referência; centralização das atitudes da Igreja em Roma, reforçando a infalibilidade papal, sobretudo após o estabelecimento dessa diretriz como dogma após o concílio do Vaticano I em 1870; valorização do episcopado e o reforço do magistério, retomando o tomismo, considerado pela Igreja a única filosofia necessária para o cristão (MANOEL, 2004. p. 45).

De acordo com David Gueiros Vieira (1980), o mundo moderno causava receio à Igreja católica, pois junto com ele surgiam diversos males do século, como Galicanismo, Jansenismo, Regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo; bem como certas medidas liberais propostas pelo Estado, como a liberdade religiosa, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais; culminando na condenação destes por meio da Encíclica papal *Quanta cura* e o *Syllabus dos Erros*, anexo à mesma, publicados em 1864 pela pena de Pio IX.

É de suma importância lembrar que a propalada oposição entre Modernidade e Igreja não pode pressupor a pureza do catolicismo diante da conjuntura da modernidade. Desse modo, compreendemos o movimento pendular de oscilação e rotação em torno do caráter distintivo do catolicismo, pois mesmo havendo discursos em favor do paradigma medieval (exemplo disso é encíclica papal *Rerum Novarum*, de 1891, de

independente foi instituído a “força” por meio da constituição de 1824, isto é, sem a anuência da Sé Apostólica.

Leão XIII); no máximo, a hierarquia católica expectava reproduzir certas relações do passado, sobretudo no que tange ao direito da Igreja intervir e gerir os assuntos religiosos sem qualquer limite estranho, enquanto buscava estabelecer o mínimo de controle sobre determinadas esferas da sociedade.

Caso fosse possível, a Igreja gostaria de reger todas as instituições e condutas, desde o nascimento até a morte, perfazendo todas as fases da vida do católico/cidadão; entretanto, para a hierarquia, a primazia sobre este binômio deveria recair sobre condição católica. No entanto, esta situação estava sendo profundamente alterada e a inversão operada pelas revoluções materiais e mentais em curso acelerado do oitocentos, geraram mais conflitos diante dos avanços modernos. Cientes das dificuldades e das limitações para barrar ascensão da modernidade, houver um arranjo modernizador dentro da própria Igreja para combater aquelas ideias, instituições e condutas consideradas irreconciliáveis com as ideias ultramontanas. Com efeito, a hierarquia católica buscou se adornar de diversos instrumentos modernos para poder conferir densidade a sua visão de mundo e, disputá-la por meio da Imprensa com seus adversários liberais, protestantes, maçons e católicos arredios ao seu controle. Entre os vários exemplos de como os ultramontanos estavam imersos no ambiente moderno, destacamos os periódicos influenciados pelo conservadorismo católico, no qual a Igreja, através da palavra escrita, pôde propagar as ideias da ortodoxia católica, embora a imprensa fosse uma expressão, por excelência, da modernidade.

Essa modernidade tão combatida pela Igreja, é explicada por Marshall Berman (1986) como uma variedade de tradições no decorrer de cinco séculos de história, por isso, o autor a divide em três fases:

Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente mas em estado de semicegueira, no encalço de um vocabulário adequado; têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seu julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados. Nossa segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas

convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização. No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. (BERMAN, 1986, p. 16)

Das três fases destacadas pelo autor, o presente trabalho se debruça sobre a segunda, caracterizada pela profunda dicotomia da sociedade, no qual, tanto Marx quanto Nietzsche, apontam o caráter contraditório de um mundo que estava impregnado de seu contrário (BERMAN, 1986, p. 20). Essa instabilidade moderna atingiu incisivamente os alicerces da Igreja a partir da onda revolucionária que teve início na França, ocasionando a reação da hierarquia católica no intuito de preservar sua primazia que era cada vez mais contestada pelos movimentos revolucionários na Europa do final do século XVIII até o século XIX.

As experiências revolucionárias acarretaram uma nova realidade sócio-econômico-política no âmbito europeu moderno, tendendo para o estabelecimento do capitalismo relacionado à revolução industrial e suas ideologias, a partir das profundas mudanças referentes às relações de trabalho, gerando diversas reações na sociedade.

Assim, a modernidade é percebida no estudo de Marshall Berman (1986) como compartimentada em modernização (referente à política e economia) e modernismo (referente à arte, cultura e sensibilidade). Nesse seguimento, a modernidade “é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de constante mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (BERMAN, 1986, p. 15), se configurando com um tipo de experiência vital, de tempo e espaço, dos outros e de si mesmo, das possibilidades e perigos da vida, partilhada por homens e mulheres em todo o mundo.

Se o debate de modernidade, modernismo e modernização está para o Estado, não menos importante foi cuidar para valorizar a cultura e a tradição como eixo para a família e, por conseguinte, para a mulher. Isto posto, D. Macedo contribuiu para fomentar a discussão em torno da renovação do catolicismo a partir do núcleo familiar,

segundo o qual a mulher é o esteio dessa sede pelo encontro com a tradição. Também é considerado nesta análise a reflexão do historiador Arno Mayer (1990) – inspirado na tradição weberiana –, tendo em vista sua concepção de longa duração pautada na existência de uma estrutura social mais orgânica e sólida, ao analisar a persistência do Antigo Regime em meio a um mundo de constante transformação, mas que carrega consigo fortes marcas da tradição, sendo a Igreja Católica um signo indelével dessa resistência às investidas modernas, ainda que ao mesmo tempo, inevitavelmente, ela também influencie e seja influenciada pela modernidade. Mesmo que a ideia de secularização tenha se difundido largamente no âmbito do avanço moderno, a Igreja continuava a ser um apoio centrípeto da antiga ordem, até porque o altar permanecia vinculado ao Estado, conferindo a instituição católica a chancela para aplicar suas medidas (MAYER, 1990, p. 238).

A Igreja volta-se para a família na expectativa de mobilizar essa identidade com a tradição. Parece razoável encontrarmos sustento no argumento de Mayer, quando nos voltamos para o modo de proceder dos bispos ultramontanos, particularmente daqueles preocupados com a conformação de um campo católico para confrontar aquelas inseguranças trazidas às portas dos templos. Nesse sentido, o entendimento de D. Macedo Costa era de que a família estava sendo “pervertida pelo espírito da impiedade moderna” (COSTA, 1946, p. 5), por isso ele declara: “todas as outras reformas são ilusórias, se não começamos pela família” (COSTA, 1946, p. 5). Tal investida espera colocar em evidência a importância da sociedade inerente ao projeto de Igreja una, tendo os seus como alicerce da religião, conforme aparece na *Quanta Cura*: “Nem felizes em remover a religião da sociedade pública, eles querem removê-la de famílias particulares” (PIO IX, 1864). Desse modo, Pio IX colocou a necessidade de manter a religião no seio da sociedade, notadamente, no núcleo familiar. Esse ensinamento foi bastante absorvido pelos prelados no Brasil. O Livro da Família, obra escrita por D. Macedo, foi fartamente divulgado e utilizado como uma referência para os católicos.

O Livro da Família

As mulheres, diz ele (São Paulo) escrevendo aos Efésios, “sejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor. 1) E aos Colossenses repete: “Mulheres, sede sujeitas aos vossos maridos, como é necessário, no Senhor”. 2) E outra vez aos Efésios: “Assim, como a Igreja está sujeita a Cristo, assim a mulheres estejam sujeitas a seus maridos em tudo.” (COSTA, 1946, p. 58)

O trecho em destaque é uma das principais lições do *Livro da Família*, de D. Macedo Costa. A partir de uma série de citações bíblicas, o bispo ressalta os “deveres da esposa para com o esposo”, e vai apontando quais as obrigações e padrões de comportamento da mulher em sua vida conjugal. Importante destacar que D. Macedo se baseia nos escritos de Paulo para propagar suas ideias religiosas, justamente aquele que, segundo Jean Delumeau (1989), contribuiu decisivamente para situar a mulher cristã em posição de subordinação na Igreja e no casamento. Assim, em meio à disputa para continuar gozando da hegemonia católica no século XIX, a Igreja buscou atuar em todos os campos, inclusive, o doméstico, em especial, estreitando ainda mais os laços com a mulher.

No período entre 1840 a 1860, tomando como referência os noticiários do *Jornal Treze de Maio* do Pará, é notória a ausência de notícias a respeito das mulheres, tanto que pareciam não existir. No máximo, figuravam em anúncios de procura de escravas fugitivas, venda ou oferta e procura de amas de leite, até pelo caráter comercial do *Jornal* (COSTA, 2000, p. 79). Já na década de 1860, começaram a aparecer na imprensa, progressivamente, mas ainda de forma tímida, maior número de registros sobre a mulher, tal como é possível perceber no jornal de D. Macedo Costa, “A Estrella do Norte”:

Cumprе também fugir do amor sensível, que é aquele que temos ao próximo, por causa dos encantos do seu semblante, vivacidade do espírito, talentos numa palavra, tudo que interessa os sentidos, a imaginação, e o gosto puramente humanos. Este amor sensível conduz rapidamente ao amor sensual. (...) Fugi pois da intimidade de pessoas sensuais de sexo diferente, nem conversação, por causa do perigo que sempre há em tais relações.⁷

A Igreja, em relação à sexualidade, entende o amor como um sentimento que exclui a paixão, os sentidos e o desejo, despido de sensualidade. Partindo de tal premissa, a hierarquia eclesiástica intentava “inculcar nas mulheres (pois que aos homens a tendência sempre foi fechar os olhos), a noção de culpa e de pecado, erodindo e jogando para as profundezas do seu inconsciente seus desejos sensuais” (COSTA, 2000, p. 83).

⁷ INSTRUÇÕES PRÁTICAS PARA VIVER CRISTÃMENTE NO MUNDO. *Jornal A Estrella do Norte*, Belém, 22 de abr, 1866. p. 121.

Após os grandes abalos entre trono e altar e altar, oriundos dos desdobramentos da Questão Religiosa⁸, a Igreja ficou cada vez mais reativa às incursões modernas, afinal, sua condição de primazia nos assuntos religiosos havia sido colocada em xeque, abalando consideravelmente sua hegemonia. Não por acaso, em 1875, D. Macedo, que já havia escrito um opúsculo intitulado *Deveres da Família*, publicado na tipografia do jornal *O Apostolo*. Posteriormente, vislumbrou publicar um livro sobre tal tema, com conteúdo mais denso e de maior alcance, no fito de espalhar os valores do catolicismo ortodoxo entre os fiéis. Ademais, na carta pastoral em que anuncia o jubileu da diocese do Pará, em 1875, D. Macedo apresenta um “Resumo do que há de fazer um cristão para se santificar e salvar”, que mais tarde será publicado no Jornal católico *A Boa Nova*, sob a forma de mandamentos endereçados às mulheres. Em 1879 ele produziu o *Livro da Família: ou explicação dos deveres domésticos segundo as normas da razão e do cristianismo*, cuja trajetória se deu da seguinte forma: no início do século XX, Maria Francisca de Macedo Costa, sobrinha de D. Macedo, doou todos os documentos pertencentes ao bispo do Pará que se encontrava na cidade natal (Maragogipe/Bahia) ao Instituto Geográfico e Brasileiro (IHGB), e em 1930, na ocasião do centenário de nascimento de D. Macedo Costa, foi publicado o *Livro da Família* (MARTINS, 2005, p. 21).

Mesmo não tendo sido publicado na época em que D. Macedo estava vivo, o bispo afirmou que o público ao qual era destinado o livro eram os habitantes da diocese, talvez isso explique o uso de imagens, redação para fácil assimilação e uso de contos no livro. No *Livro da Família*, D. Macedo desenvolve ideias sobre regras conjugais, criação e educação das crianças e comportamento sexual – principalmente da mulher –, apoiando-se fortemente nas escrituras bíblicas, extraindo ideias do *Pentateuco* e do *Novo Testamento*.

Paul Zumthor enfatiza que todo discurso é ação, física e psiquicamente ativa (ZUMTHOR, 1993, p. 75). Além disso, vale lembrar que as palavras produzidas pelos discursos são expressões não apenas daqueles que produziam as narrativas, mas também

⁸ Em suma, foi um embate que, embora protagonizado por D. Vital Oliveira (bispo de Olinda) e D. Macedo Costa (bispo do Pará), expressava a tensão entre o Ultramontanismo e o regalismo imperial. Tendo em vista a restrição apresentada pelo *Syllabus* dos 80 erros (bula promulgada pelo papa Pio IX) que condenava a maçonaria, os bispos citados tomaram medidas a fim de coibir a participação de maçons nas irmandades, ainda que a bula papal não tenha recebido o Beneplácito imperial. O Estado acabou intervindo no conflito se colocando a favor das irmandades, gerando um grande mal estar na aliança entre Igreja e Estado. Em razão disso, os bispos se recusaram a aceitar a decisão do governo imperial, e foram presos em 1874. Essa situação causou grande polêmica em todo o Brasil, pois grande parte do clero e dos fiéis ficou ao lado dos bispos presos, e até mesmo o papa Pio IX saiu em defesa de D. Macedo Costa e D. Vital. Apesar de terem sido anistiados no ano seguinte mediante o decreto nº 5.993 de 17 de setembro de 1875, a relação entre Igreja e Estado não era das melhores, quando finalmente em 1890, por intermédio do decreto 119-A, foi desfeita a aliança entre a esfera civil e religiosa (GOMES, 2009, p. 75 – 162)

dos seus destinatários. A partir disso, é possível pensar que a fabricação do discurso nunca é algo espontâneo, e sim uma ação do pensamento, de tal forma, que relacionamos essa reflexão aos escritos do bispo D. Macedo Costa.

Para analisar o discurso presente no *Livro da Família*, especificamente no que tange ao discurso sobre a mulher, acionamos o estudo de Tatiana Costa Coelho (2016), – que analisa, em sua tese, os discursos dos bispos ultramontanos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro –, ao afirmar que a ação dos bispos não foram fatos isolados, e sim a expressão da interação entre grupo ultramontano e o meio social que eles experimentavam, definindo sua posição e discurso social. Dessa forma, o discurso intenciona não apenas manifestar uma ideia colocada em prática pelos bispos na salvaguarda de sua campanha ultramontana, mas também expressa o contraponto às novas ideias, ditas modernas, propostas pelo Estado brasileiro.

Apoiados na ideia de Paul Paul Zumthor (1993) e Tatiana Coelho (2016), entendemos que os discursos de D. Macedo também integram esse projeto de reforma católica, ainda que houvesse variação de expressões entre os bispos ultramontanos. Tal como afirma Fernando Neves (2015), não existiu uma conduta homogênea do Episcopado nessa época, mesmo assim, existiu uma aproximação de prática e de discurso sob o signo do Ultramontanismo, permitindo o prenúncio da ação organizada do modo de “ser igreja” diocesana, posteriormente, demarcada pela Pastoral Coletiva de 1890⁹.

O interesse de D. Macedo na questão da mulher explica-se dentro desse contexto, no qual, o bispo as via como um foco de propagação das ideias católicas a fim de frear a expansão moderna que se espalhava cada vez mais no interior da sociedade do século XIX, ao mesmo tempo em que reafirmava um discurso normativo e sexista presente historicamente no seio do catolicismo. Anteriormente, já havia mulheres postulando um protagonismo para condição feminina, porém, fundado em parâmetros de autonomia e afirmação destas, como informa as declarações do *Jornal das Senhoras* que circulou entre os anos de 1852 e 1855 no Rio de Janeiro. Nesse periódico, dirigido por Joana Paula Manso Noronha, já havia a preocupação em “propagar a ilustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”¹⁰. Isso mostra que, nessa época, estavam se tornando cada vez mais frequentes as reivindicações de mulheres pelo direito de acesso à faculdade e direito ao

⁹ Redigida por D. Macedo Costa, a Pastoral Coletiva foi um documento dirigido ao clero e a cristandade, representando um ato político de demonstração de força e união do Episcopado para enfrentar ameaças da recém-instituída República (GOMES, 2009, p. 179).

¹⁰ NORONHA, Joana Paula Manso de. AS NOSSAS ASSIGNANTES. *O Jornal das Senhoras*. Rio de Janeiro, 1 Jan, 1852.

voto (MANOEL, 1996, p. 30). Esse tipo de posicionamento assustava a Igreja, afinal, sua concepção do papel da mulher na sociedade era bem distinta de tais manifestações.

Em meio a essa situação que assolava as dioceses pelo Brasil, o bispo de São Paulo, Antônio Joaquim de Melo, criou, em novembro de 1859, a Casa de Educação de Nossa Senhora do Patrocínio, mais tarde denominada de Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, que foi dirigida pelas Irmãs de São José Chamberry, e tinha como objetivo estabelecer uma educação conservadora para as filhas dos poderosos da paróquia (MANOEL, 1996, p. 62).

Em âmbito regional, os periódicos do Pará já sinalizavam um avanço, timidamente, da mulher em busca do espaço público. Na *Revista Paraense* de 1883, apesar do viés conservador, foi publicado um artigo transcrito de uma revista francesa, defendendo o direito feminino ao voto, indicando a entrada do ideário feminista em Belém (COSTA, 2000, p. 85).

A Igreja também tinha que lidar com a críticas liberais em relação a sua influência sobre a mulher. Na década de 1870, a imprensa liberal, no contexto da “Questão Religiosa”, acusou os ultramontanos de implantar o fanatismo ortodoxo no Brasil, influenciando a infância e o sexo feminino para instrumentalizá-los conforme seus objetivos. Não sem razão, o liberal Saldanha Marinho¹¹ alertava as mulheres em seus discursos contra a Igreja: “É no confessional que os jesuítas e ultramontanos encontram o primeiro elemento do seu poder: a mulher! É a primeira principal vítima desse artifício fraudulento” (MARINHO, 1874, p. 35).

Para além disso, os hábitos consumistas, embebidos pela cultura capitalista também incomodavam sobremaneira a Igreja Católica. Logicamente, nem todas as mulheres partilhavam das mesmas condições para consumir, de qualquer forma, isso era tão incômodo à hierarquia eclesiástica que mereceu registro: “Infelizmente, não imitam todas a este seu exemplo. O gosto de luxo, das despesas supérfluas com as modas e enfeites abre o abismo da ruína para muitas casas” (COSTA, 1946, p. 238).

¹¹ Nascido em Olinda, em 1816, Joaquim Saldanha Marinho foi um jornalista, sociólogo e político brasileiro. Como jornalista, usou o pseudônimo Ganganeli para assinar suas publicações. Bacharel da Faculdade de Direito do Recife em 1836, ele foi presidente das províncias de Minas Gerais, de 1865 a 1867, e de São Paulo, de 24 de outubro de 1867 a 24 de abril de 1868, e deputado pela província de Pernambuco. Foi signatário do Manifesto Republicano (1870). Também foi Deputado Geral (equivalente dos atuais deputados federais) por cinco legislaturas (de 1848 a 1849, de 1861 a 1863, de 1864 a 1866, de 1867 a 1868 e de 1878 a 1881). Grão-mestre da maçonaria, teve destacada atuação na Questão Religiosa na década de 1870 quando publicou vários artigos criticando a Igreja. Com a Proclamação da República no Brasil, foi um dos autores do anteprojeto da Constituição de 1891 e senador da República pelo Distrito Federal da 21ª a 23ª legislaturas (de 1890 até a sua morte em 1895).

De acordo com Emília Viotti da Costa (2010), as mudanças ocorridas na vida das mulheres do século XIX estão relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, não só as relações materiais foram alteradas, mas também as relações entre as pessoas e a maneira de pensar, atingindo a vida das mulheres brasileiras de forma semelhantes à verificada em outros países do mundo ocidental ao qual o Brasil estava ligado (COSTA, 2010, p. 500). Todavia, mesmo considerando a semelhança entre as transformações femininas no mundo ocidental e na Europa, a autora ressalta a pertinência de considerar as particularidades do Brasil, e como esse processo de alteração do mundo feminino dentro da realidade brasileira se desenvolveu em meio a sobrevivência da economia baseada na grande propriedade exportadora e no trabalho escravo, o pequeno desenvolvimento do mercado interno, a industrialização tardia, o profundo contraste entre áreas mais desenvolvidas e as demais regiões do país, a concentração de poder nas mãos de poucos, entre outros fatores.

Para além desse aspecto nacional, importante também destacar os fatores locais. O antropólogo Raymundo Heraldo Maués (1995) elucida que apesar do fim do tráfico negreiro, e do surgimento da lei de terras – ambos em 1850 – terem contribuindo sobremaneira para o surgimento dessa classe da burguesia agrária ao proporcionar a implantação do trabalhador livre nas fazendas de café, além de deslocar os investimentos que outrora eram destinados ao tráfico para atividades produtivas, essa tese pode ser considerada adequada para os centros mais dinâmicos da economia no Brasil (Centro-sul e o Nordeste, em certa medida), mas no caso da região Amazônica, onde se faziam presentes outros aspectos sociais e econômicos – sobretudo com a proeminente atividade gomífera voltada para a exportação – essa ideia não se aplica, pois os barões da borracha constituíam um grupo distinto da burguesia agrária.

Em meio a esse cenário, as mulheres foram afetadas de maneira distinta, por isso, enquanto as das camadas alta e média tiveram mais oportunidades de participar do mundo substanciado pelos valores capitalistas, outras mulheres, as das camadas subalternas não tiveram a mesma sorte. Contudo, mesmo que essas mudanças oriundas do campo material tenham alterado as relações envolvendo mulheres do século XIX, ainda persistiam determinados hábitos e costumes, devido à influência da Igreja católica e às persistentes normas culturais tradicionais que geravam obstáculos à redefinição de seus papéis.

Na Amazônia, as mulheres compunham um grupo heterogêneo, porém, é possível, grosso modo, perceber as que faziam parte das camadas mais privilegiadas da população, as chamadas elites, no qual podiam partilhar da cultura proveniente da Europa, que ficou conhecida com a alcunha de Belle-Époque. No entanto, estas constituíam a minoria das mulheres na sociedade paraense. Nessa época, já havia

aumentado do fluxo migratório do Nordeste para a Amazônia em decorrência da economia da borracha que crescia cada vez mais na região. Muitas mulheres vieram para a Amazônia, e faziam volume às que já viviam na região. Estas, muitas vezes, realizavam serviços domésticos, costuras, vendiam alimentos nas ruas da cidade ou na frente da casa onde moravam. Desta maneira, o perfil dessas mulheres podia variar, mas em sua maioria, eram de origem humilde, seja na capital ou no interior (CANCELA, 1997).

Em meio a essa realidade, o repertório ultramontano difunde suas ideias, exaltando a mulher ideal como aquela que segue as orientações católicas, temente a Deus e cuidadora do marido e dos filhos. No seu *Livro da Família*, o bispo D. Macedo condenava aquelas que não tinham o hábito de se “sacrificar” cotidianamente no ambiente familiar, por isso, ele diz para os homens não escolherem mulheres educadas com demasiados mimos, pois “acostumadas a ver fazerem-lhe todas as vontades e condescenderem com todos os seus caprichos, atordoa-te-à cada dia com suas queixas e lamentações, e, incapaz de qualquer sacrifício” (COSTA, 1946, p. 30). Assim, D. Macedo definia que, a viúva, a mulher casada e a mulher jovem, tinham como obrigações: “A abnegação, a pureza, a honestidade, a sinceridade, a humildade, a obediência, o recato, a castidade, o pudor; a felicidade e a piedade” (BEZERRA NETO, 1998, p. 185).

Não por acaso, D. Macedo afirma que mãe deve exercer grande vigilância sobre os filhos, sem afrouxar essa inspeção no intuito de preservar o ambiente doméstico da ameaça da imoralidade, e de “livros ímpios, heréticos, máus romances, jornais corruptores, poesias e cartas amorosas, estátuas e estampas desonestas, conversações inúteis e indecentes” (COSTA, 1946, p. 242); que eram expressões do mundo moderno em ascensão. Por entender que poderia perverter a moral familiar, o bispo D. Macedo proibiu a leitura de Alexandre Dumas, George Sand, Victor Hugo e de outros romancistas. Essa recomendação era direcionada principalmente às mulheres, cuja imagem deveria se manter imaculada, e não ter suas mentes suscitadas por essas obras literárias (MARTINS, 2005, p. 32). Com isso, a dona de casa ideal era aquela que incentivava as leituras evangélicas que alinhavam os fiéis nos trilhos do catolicismo ortodoxo.

O papel da mulher era fundamental para formar novos cidadãos católicos, por essa razão, o incentivo à educação feminina focando nos conhecimentos necessários ao desempenho das atividades domésticas pautadas nos costumes católicos. De acordo com Karla Denise Martins (2005), ainda que a mulher fosse incentivada a frequentar e obter diploma de educação primária, não escapava do discurso que a tornava submissa à figura masculina. Isso também se dá porque a cultura estabelece práticas assimiladas como femininas ou masculinas conhecidas como “performatividade” que está incluída na ideia

de heteronormatividade, no qual quem não se enquadra nesses comportamentos impostos são excluídos (BUTLER, 2003. p. 211).

Relacionando a ideia de Butler (2003) com a análise de Karla Denise Martins (2005), a cobrança e imposição social heteronormativa fica evidente quando, estando na sala de aula aprendendo atividades do lar, a mulher não escolhia, por exemplo, seu destino conjugal, já que o compromisso matrimonial era decidido entre o pai da moça e o interessado. Não sem razão, até o fim do século XIX, “as únicas ‘mulheres de respeito’ que atuavam em profissões fora do lar eram as freiras cuja função estava estritamente ligada ao catolicismo” (MARTINS, 2005, p. 26). Essa concepção foi reforçada pelo *Livro da Família* quando afirma que única possibilidade de não precisar cumprir a premissa do matrimônio é optar pela maior liberdade para o serviço de Deus, afinal, segundo o livro, existem vários exemplos na Bíblia de pessoas que “renunciaram ao casamento pelo reino dos Céus” (COSTA, 2000, p. 24).

A representação feminina foi construída como grande suporte moral do lar e para isso a representação de Nossa Senhora era fundamental. A devoção a Maria se tornou uma das devoções mais populares no Brasil, ganhando força no século XVIII quando houve crescimento do número de capelas com o seu nome. De acordo com Lyndon Santos (2004), “as qualificações atribuídas a Maria demonstravam as representações deste catolicismo marcadamente mais feminino. A designação de Nossa Senhora aponta para uma relação coletiva e afetiva com a mãe do salvador” (SANTOS, 2004. p 130). Dessa forma, a virgem Maria foi apropriada como referência pelo Ultramontanismo, no intuito de valorizar a mãe cristã no processo de reconquista da sociedade. De acordo com Ivan Manoel (1996), essa valorização materna é explicada a partir da teoria dos “círculos concêntricos”, que compreendia, por meio da mãe, a Igreja chegaria ao filho e ao marido, reconquistando, assim, a família e, conseqüentemente, a sociedade. Por isso, em seu livro, D. Macedo fala que as mães, junto com os pais, devem:

(...) conservar em sua casa uma grande pureza de costumes, e inspirar a todos o maior horror da desonestidade. Bem aventurados os que tem limpo coração, porque eles verão a Deus. Ensinem a todos a pedir a Deus essa graça, por intercessão da Imaculada Virgem, e a fitar sobre os próprios olhos, para não fita-los em cousas imodestas; sobre o ouvidos, para fechá-los a tôda conversação indecente; sobre lábios para não proferirem obscenidades, e sobre o coração para não admitir nêle nenhum desejo impuro. (COSTA, 1946, p. 242 e 243).

Dentro do pensamento católico ficava claro a divisão dos espaços: da rua e da casa, ficando a mulher muito mais dedicada ao lar, com todas as obrigações que lhe eram decorrentes e, ao homem, o espaço público que subentendia o exercício profissional, o livre trânsito, o trabalho externo remunerado, a participação política e em eventos públicos, o acesso à educação e demais benefícios que a clausura doméstica impedia às mulheres (COSTA, 2000, p. 64). Com isso, a mãe cristã era entendida como esteio da educação moral da família. A mãe era responsável pela educação religiosa dos seus filhos, explicando os dogmas, ensinando as orações e a moral cristã. A campanha ultramontana buscava de toda forma valorizar o papel materno para reconduzir os fiéis à Igreja, atribuindo à mãe cristã o papel de exemplo, sentinela, educadora, quando necessário, repreendendo os seus filhos para não cederem diante das tentações da sociedade moderna, enquanto auxilia o marido em tudo quanto mais for necessário.

Esta utilização da mulher e da família para trazer os homens para o grêmio da Igreja pode ser percebido na chamada “Questão Nazarena”, quando o presidente da Província do Pará, José da Gama Malcher, em fins dos anos de 1870, informa ao presidente do Conselho de Ministro, João Lins Cansação de Sinimbu, seu desejo de ter paz em casa, pois sua esposa e filhas lhe repreenderam por estar em conflito com o bispo e a Igreja. Por esse juízo, D. Macedo alcançou seu objetivo, conseguindo implantar na casa do oponente a célula da tradição contra a modernidade (NEVES, 2009).

A ligação da Igreja com a tradição do Antigo Regime, tal como é apresentada por Arno Mayer (1990), encontra amparo nas palavras de D. Macedo Costa quando orienta as mulheres a não partilharem da mentalidade consumista do capitalismo, pelo contrário, as adverte para evitar ao máximo gastos desnecessários, sob pena de causar problemas no âmbito familiar.

Partidária de uma discreta economia, nada deixa perder, nada estraga; concerta, remenda, aproveita, zela, arrecada, guarda em boa ordem tudo, de modo que quando é preciso, tem a mão o que quer, sem perder tempo e paciência em procuras inúteis. Ela sabe que tudo tem a sua serventia, e que não se deve desperdiçar a menor parcela do dom de Deus, como diz a Escritura. 1) Ela sabe que pequenas despesas inúteis trazem a final, a ruína, e que vinténs poupados cada dia dão no cabo de algum tempo centenas de mil réis. Assim, por seu trabalho e economia aumenta ela, como abelha solícita, os recursos da família, e até vale aos

maridos nos dias de maior apuro, não falando dos pobres, de quem é a providência visível. (COSTA, 1946, p. 238).

A relevância da conduta sugerida pelo bispo não é apenas de recusa ao capitalismo, senão uma opção pela conversão à economia moral da Igreja em acordo com o ideal medieval de preservação dos estoques e o consumo do sagrado em oposição à opulência e ao gosto desregrado.

Ao desencorajar a prática do consumo que o capitalismo em ascensão pregava naquela época, D. Macedo expectava manter as mulheres renitentes às incursões modernas, moldando-as nos preceitos da tradição. Por isso, faz questão de enfatizar que a perda de tempo com coisas supérfluas desagrada a Deus, afinal, o tempo seria uma oportunidade dada por Deus para que o homem busque sua salvação, assim sendo, este não teria o direito usá-lo de outra forma. Caso não fosse observado o preceito divino, seria aberto o “abismo da ruína para muitas casas” (COSTA, 1946, p. 238), em vista disso, D. Macedo fala que “ninguém achará prazer” em uma “mulher mais primorosamente vestida e a mais ornada (...), se tem o coração na aflição e na tristeza”, reforçando a ideia de que mais vale o conforto espiritual proporcionado pela Igreja, do que a dedicação às causas materiais, proporcionado pelo mundo moderno, além de pregar cautela nos gastos, afinal, “se todo dinheiro é dispendido em enfeitar o corpo da mulher, haverá vexame e penúria em casa, e o marido não poderá saborear nem alegria, nem satisfação” (COSTA, 1946, p. 238 e 239).

A Igreja se via na missão de insuflar as almas nas veredas do cristianismo em uma diocese vista por D. Macedo como um local carente de orientações católicas mais rígidas, diante disso, ao perceber a necessidade de reformar o clero e o povo cristão, ele empregou significativo esforço para imprimir um catolicismo romano sobre o catolicismo-luso brasileiro, de caráter menos ortodoxo, herdado desde os tempos coloniais. Nesse cenário, D. Macedo diz que a mãe de família deve zelar para manter os fiéis nos trilhos do catolicismo, afirmando:

Ela [a mulher] mostra pelo seu exemplo, que o bom católico faz algum sacrifício, sujeita-se a algum incômodo, rompe por certas dificuldades, para não faltar à Missa nos domingos, e não se prevalecer de qualquer pretexto para ficar em casa. Se é necessário que alguma pessoa aí fique, ela a manda ir no domingo seguinte, para que não suceda que alguns fiquem sempre privados do alimento espiritual, que é necessário a todos. (COSTA, 1946, p. 248).

Mesmo a Igreja recolhendo a mulher aos espaços íntimos, será ela que lhe abrirá as portas para a vida social, oferecendo-lhe oportunidade de convivência comunitária e participação em ambientes religiosos, como nas irmandades, missas, procissões e festividades, onde as mulheres encontrarão enorme identificação e têm o dever de insuflar seus familiares a frequentar esses lugares, tal como fica expresso no trecho acima destacado.

Foi muito comum entre os bispos ultramontanos grande dedicação quanto à formação sacerdotal no intuito de formar clérigos qualificados para levar a palavra de Deus aos lugares mais recônditos das respectivas dioceses. Entrementes, isso não era suficiente, seria necessário agentes presentes no âmbito familiar para assegurar o correto exercício católico, isto posto, a mãe tinha o papel fundamental, ainda que estivessem em condição de submissão em relação ao homem.

Na visão de mundo da instituição católica, boa parte dos homens pareciam estar pervertidos graças aos valores da modernidade, mas as mulheres, apesar de representarem pequenos focos de contaminação por essas mesmas ideias, estavam menos sintonizadas a essas transformações no âmbito político, econômico e religioso, por isso, a Igreja voltou suas atenções para a mulher, expectando que elas repassassem os valores cristãos aos seus filhos, educando-os sob os auspícios do conservadorismo, ao mesmo tempo que foram vistas como um escudo contra a projeção das ideias modernas representadas pelos homens.

Considerações finais

Importante atentar para o perfil de mulheres a que Igreja Católica pretendia alcançar. A princípio, é possível entender que o alvo eram todas as mulheres, como se todas (índias, negras, mestiças, brancas, pobres, ricas) estivessem dentro de uma mesma categoria. Ainda que a mensagem conseguisse chegar a todas, o que era muito difícil, precisaria ser decodificada segundo os valores e condições objetivas de vida de cada grupo social. O Brasil como um todo, e o Pará, especificamente, era marcado por profundas diferenças sociais, relacionadas ao aspecto étnico, econômico, político, religioso. Nesse sentido, considerando que grande parte da população era analfabeta nessa época, principalmente as mulheres, é razoável pensar que elas tinham pouco acesso e costume na leitura cotidiana, entretanto isso não as excluiu do contato com os folhetins e jornais, mesmo as versões resumidas do que depois seria o livro da família jornais católicos. Portanto, acreditamos que as mensagens divulgadas pela Igreja, através do *Livro da Família* chegavam às mulheres da classe dominante, brancas, algumas mestiças; mas não atingiam as massas, embora é importante considerar que, mesmo que a leitura não

fosse a forma mais adequada de se chegar a população pobre, ainda existia o recurso do púlpito, que era fundamental para repassar a mensagem religiosa.

Com esses discursos, D. Macedo procurava evitar a perdição das mulheres, de modo a prepará-las para serem futuras mães de famílias. Dessa maneira, ainda se baseando, em grande medida, nos escritos bíblicos de Paulo, mas diferente da ideia da mulher como agente de satã, propagada durante boa parte do medievo e início da época moderna, tal como elucida Jean Delumeau (1989), a Igreja ultramontana procurou reforçar a representação feminina como o esteio moral do lar e para isso resgatou e enfatizou a representação de Nossa Senhora.

Logicamente a cultura patriarcal contribuiu para isso, afinal, o poder exercido pelos senhores sobre os dependentes do domínio da família e dos agregados da casa era privado e pessoal (GRAHAM, 1992, p. 15), isto é, colocava a mulher quase que em condição de propriedade da figura masculina. Em meio a esse contexto, ela era apontada como potencial arma para combater os males do mundo moderno, devendo ser preparada para exercer esta função tão importante para a Igreja Católica por meio das associações religiosas femininas, dos livros, dos manuais e dos colégios femininos.

Em associação com esse juízo do patriarcado, D. Macedo Costa investiu na qualificação da mulher enquanto propagadora dos valores cristãos. Muitas foram as dificuldades, afinal, a igreja estava tendo seus alicerces constantemente abalados pelo mundo moderno, mesmo assim, criou estratégias para conter esse avanço, tendo a figura da mulher papel de destaque. Esse olhar voltado para as mulheres, tanto solteiras como casadas, fez emergir, no século XIX, muitas escolas religiosas voltadas à educação das meninas. Nesse interim, D. Macedo foi responsável pela criação em 1878 do Asylo/colégio de Santo Antonio destinado ao público feminino. Mas, foi no *Livro da Família* que ficou mais evidente suas impressões e recomendações sobre a família, em especial a figura feminina.

Referências

- ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 15-36.
- BEZERRA NETO, José Maia. As luzes da instrução: O 'Asylo' de Santo Antônio em Belém do Pará (1870-1912). In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. (Org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPa, 1998. p. 185-206.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas e sexuais das mulheres das camadas populares de Belém. 1890-1910*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

COELHO, Tatiana Costa. *Os discursos romanizadores no Brasil durante o século XIX: Os bispos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

COSTA, D. Antonio de Macedo. *O Livro da Família: ou explicação dos deveres domésticos segundo as normas da razão e do cristianismo*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1946.

COSTA, Emília Viotti Da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, H. L. C. No Limite do Possível: As Mulheres e o Poder na Amazônia. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

DELUMEAU, Jean. “Os agentes de satã III: A Mulher” In: DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 p. 310-349.

FRAGOSO, Hugo. A igreja na formação do estado liberal (1840-1875). In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir de um povo – segunda época*. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 143-253.

GRAHAM, Sandra Laudeidale. *Proteção e obediência: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GOMES, E. S. *A Dança Dos Poderes: Uma História Da Separação Estado-Igreja No Brasil*. São Paulo: D'escrever, 2009.

INSTRUÇÕES PRÁTICAS PARA VIVER CRISTÃMENTE NO MUNDO. *Jornal A Estrela do Norte*, Belém, 22 de abr, 1866. p. 121.

LUSTOSA, Antônio de Almeida. *Dom Macedo Costa (Bispo do Pará)*. Belém: Cruzada da Boa Imprensa, 1939.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina: uma face do conservadorismo (1859-1919)*. São Paulo: UNESP, 1996.

MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da História. Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

MARTINS. Karla Denise. D. *Cristóforo e a Romanização do inferno verde: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. Práticas e representações femininas do catolicismo à cultura letrada: o modelo civilizatório europeu, no início do século XX. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. III, p. 183-210, set. 2010.

MAUÉS, R. Heraldo. *Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesialístico*. Belém: CEJUP, 1995.

- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1814-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- NEVES, F. A. F. *Romualdo, José e Antônio: Bispos na Amazônia do oitocentos*. Belém: Editora da UFPA, 2015.
- NEVES, F. A. F. *Solidariedade e conflito: Estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- Pio IX. *Quanta Cura*. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html>>. Acesso em: 02 de junho 2018.
- REZENDE, Daniela Leandro. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Pensamento Plural*, Pelotas, v. 17, p. 07-27, 2015.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, L. A. *As outras faces do sagrado: Protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, São Paulo, 2004.
- VIEIRA, D. G. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UnB, 1980.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a literatura medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.